



# Anais da Assembléia

Nº 124

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA  
ATA DA 115ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 1984.  
(Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Amélia Hruschka e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Belinati, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongrue, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a  
SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### MOÇÃO DE APOIO

A Bancada do PMDB vem, pela presente, apresentar sua MOÇÃO DE APOIO à Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos acontecimentos provocados pelo Presidente do Tribunal de Contas.

Além da forma descortês com que se apresentou, incorreu o expediente do Presidente do Tribunal de Contas em erro essencial de direito, arvorando-se em tribunal fiscalizador, esquecendo suas atribuições constitucionais de mero órgão auxiliar de analista de rubricas contábeis. A soberania do Poder Legislativo

lhe outorga o direito de se auto-analisar, entretanto, não utiliza nem pretende utilizar este princípio soberano, pois se incitado a apresentar suas contas o fará, mas dentro das normas urbanísticas, morais e constitucionais, jamais se curvando a imposições descabidas, injurídicas e eleitoreiras.

Tenham os Senhores Deputados Trajano Bastos, Gernote Kirinus e Francisco Escorsin, membros da Comissão Executiva, o total apoio de nossa Bancada Estadual para o encaminhamento da defesa do princípio legal do Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1984.

(aa) NESTOR BAPTISTA, RUBENS BUENO, ORLANDO PESSUTI, PAULO FURIATI, ADHAIL SPRENGER PASSOS, EDUARDO BAGGIO, SÉRGIO SPADA, TADEU LÚCIO MACHADO, DIRCEU MANFRINATO, MÁRIO PEREIRA, ANTÔNIO ANNIBELLI, ANIBAL KHURY, NELSON VASCONCELLOS, JOSÉ ANTÔNIO FONSECA, AMÉLIA HRUSCHKA, NILSO SGUAREZI, NILSO SGUAREZI, HOMERO OGUIDO, IRONDI PUGLIESI, OSVALDO ALENCAR FURTADO, CAÍTOQUINTANA, MÁRCIO ALMEIDA, FERRARI JÚNIOR, EDMAR LUIZ COSTA e DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para a votação do Projeto de Lei nº 219/84, oriundo da Mensagem Governamental nº 165/84, que altera legislação que dispõe sobre o uso de terras devolutas encontradas vagas ou sem condição de serem legitimadas através do ITC.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, regimentalmente, ouvido o Plenário da Casa, REGIME DE URGÊNCIA aos Projetos de Resolução nºs 194/84 e 195/84.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja dado PREFERENCIA DE VOTAÇÃO, para o Projeto de Lei nº 288/84, de autoria do Poder Executivo (Mensagem Governamental nº 225/84), autorizando Crédito Adicional até o limite de Cr\$ 8.875.452.000 para despesas de custeio e capital do Tribunal de Justiça, no corrente exercício.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno,

preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 260/84, constante da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1984.

(a) EDUARDO BAGGIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Martins Pereira Júnior — Tony Martins, ocorrido dia 19 próximo na cidade de Londrina, deixando viúva a Sra. Isaura, filhas e netos.

O falecimento de Tony, veio a consternar toda a população de Londrina, onde gozava de admiração de todos por seu alto relacionamento na cidade.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1984.

(a) FUAD NACLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão desta tarde, voto de Congratulações à Professora Leoni Prado Andrade, por ter recebido, no último dia 14, o título de cidadã Honorária da Municipalidade de Campo Mourão, com conseqüente encaminhamento a ilustríssima professora, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Professor José Pochapski, ao Excelentíssimo Senhor Doutor Moacir Ciulla Porciúncula, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

De acordo com projeto de lei de autoria do Excelentíssimo Senhor Efigênio José Carneiro, Vereador daquele município e posteriormente sancionada pelo Prefeito Municipal, a Ilustríssima Senhora Professora Leoni Prado Andrade recebeu em solenidade especial o título de Cidadã Honorária pelos inúmeros serviços prestados a Campo Mourão, notadamente no que se refere ao setor educacional.

Na mesma oportunidade em que fora feita a entrega do referido título, pode-se verificar a importância de tal evento tendo em vista a presença dos mais destacados segmentos sociais mourãoenses, através de diversas lideranças, especialmente as pessoas ligadas direta ou indiretamente à área do ensino, que no recinto da Casa da Cultura foram prestigiar e ao mesmo tempo levar o seu abraço, como reconhecimento à justa homenagem de Campo Mourão.

A Professora Leoni Prado Andrade nasceu no Município de Guarapuava onde fez seus estudos, já merecendo destaque nas lides escolares por sua dedicação aos estudos ou como na liderança dos principais acontecimentos estudantis.

Daquele cidade dos Campos Gerais, Guarapuava, a Professora Leoni veio para o Município de Campo Mourão: "Cheguei a Campo Mourão no ano de 1950 no dia 6 de fevereiro numa tarde ensolarada e de muita poeira". Com essas suas próprias colocações aquela Mestra muito bem definiu a sua chegada a uma localidade que há bem poucos anos havia se emancipado política e administrativamente do Município de Pitanga (sendo que também Campo Mourão havia

pertencido anteriormente à Guarapuava na condição de Distrito Administrativo); e pelo seu pouco tempo de independência, carecia de muitos recursos, de uma infra-estrutura que pudesse proporcionar o melhor desenvolvimento daquela cidade.

Exatamente no que diz respeito a real necessidade da implantação de uma estrutura voltada para o desenvolvimento e a promoção do bem-estar social, Campo Mourão estava desprovida de escolas para o perfeito atendimento à grande demanda do ensino desde então verificada em grande escala. O desafio era dos maiores, mas tal realidade conjuntural em nada podia fazer desestimular aquela jovem professora que veio para lecionar na primeira Escola Estadual existente, que funcionava em uma pequena sala, juntamente onde também era sediada a Prefeitura Municipal.

O que existia de alguma precariedade naquela época era somente as limitadas condições em termos de acomodação aos educandos. Pois, por outro lado, o que não faltava era espírito de luta e dedicação, suficientes para a superação de todas as barreiras, de todos os obstáculos.

Foram etapas difíceis, porém, todas elas vitoriosas graças a liderança daquela Professora que abraçou a causa educacional mourãoense com amor tão grande quanto ao dos pioneiros que pouco antes que ela haviam chegado, uma mourãoense de coração.

Algum tempo se passou, e, acreditando no processo desenvolvimentista de Campo Mourão de forma acelerada, o Governo do Estado do Paraná deu início à construção, na hoje Rua Brasil de um importante prédio pertencente à rede estadual de ensino, para o funcionamento do então Grupo Escolar Marechal Rondon. Aquela mesma obra era de uma importância inquestionável, visto que possuía o que de mais moderno havia em termos de instalações amplas, equipadas e principalmente à altura do porte daquele município assim como de toda a região.

Quando de sua inauguração, dado a sua importância, para inaugurar aquele educandário, compareceu o Secretário de Estado da Educação e Cultura da época, que, juntamente com as demais autoridades constituídas, lideranças comunitárias e o povo de um modo em geral testemunhavam o mais importante passo, além de pioneiro, no setor educacional.

Não existiu, desde então, qualquer dúvida de que aquele acontecimento só se tornaram uma realidade a curto prazo fundamentalmente graças a Professora Leoni. E como reconhecimento ao trabalho por ela desenvolvido no novo estabelecimento ela fora então nomeada para ocupar o cargo de Diretora Geral, basicamente por dois fatores: a confiança da população na sua pessoa e a sua capacidade inigualável.

Passaram-se muitos anos daquela época até os dias atuais, Campo Mourão modificou-se muito e, praticamente do que existia anteriormente pouco sobrou. Onde, por exemplo, se situava o Colégio Marechal Rondon existia ao seu redor quase nenhuma casa, onde se presenciava uma imensa área verdejante, pois a cidade era ainda pequena, existiam poucas vias.

A única coisa que não mudou, foi mesmo a dedicação da Professora Leoni, que, a cada momento na frente da direção do Colégio, parecia cada vez mais disposta, mais estimulada ante ao processo educacional.

Como disse, muitos anos se passaram, e como disse também muita coisa se modificou. Campo Mourão desenvolveu-se sobremaneira, as transformações de

ordem política, econômica e social foram intensas, dinâmicas e até mesmo a princípio não esperadas. Notadamente, no que tange aos Governos Estaduais, foram também, como não poderia deixar de ser, várias mutações.

Nestes quase trinta anos, o que não mudou foi a Direção Escolar do Grupo Marechal Cândido Rondon, e todos os Governadores que passaram, sempre apoiados unanimemente por políticos locais e lideranças da cidade, faziam questão de ressaltar o reconhecimento ao seu imprescindível trabalho, a sua honestidade e seus elevados conhecimentos do ensino como um todo; um fato sem dúvida alguma histórico, e é bem provável que não exista algo semelhante, quanto ao aspecto de que uma única pessoa permaneça no mesmo cargo, na mesma escola, durante tanto tempo, independente, porém não alheia aos acontecimentos, cujos desdobramentos de certo modo, direta ou indiretamente refletiam no seu setor.

Não poderia deixar, portanto, de solicitar o devido registro nos Anais desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para que o seu povo passa pelo menos ter uma idéia do grandioso significado desta grande mulher para Campo Mourão, que ao longo destes anos todos, tem sempre procurado (o povo) dar muitas demonstrações de carinho ao seu trabalho; e, como prova disto, verificou-se quando o novo Governo do Estado, através da Pasta da Educação, resolveu por em prática a demonstração do ensino, estabelecendo as eleições diretas para a escolha de diretores. Em Campo Mourão, especificamente no agora chamado oficialmente, a Escola Marechal Rondon, os seus integrantes, professores, estudantes e pais destes, de forma inequívoca, deram a maioria absoluta dos seus votos a Professora Leoni Prado Andrade, numa prova verdadeira de reconhecimento ao seu incansável trabalho em prol do ensino, e, muito mais do que isto, oportunidade de que a mesma continuasse a prestar seus valiosos serviços no setor por mais tempo.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a Vossa Excelência, após ouvido o Douto Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, solicitando seus esforços no sentido de instalar no Município de Ortigueira, uma UNIDADE VETERINÁRIA.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1984.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

Ortigueira é um Município basicamente Agropecuário e encontra-se em franco desenvolvimento na Pecuária, e, para que seja aprimorado e incentivado o uso de técnicas adequadas, visando um crescimento ordenado, faz-se necessário a instalação de uma Unidade Veterinária naquela localidade cujo atendimento, a ser levado ao pequeno e médio produtor, viria, de sobremaneira, atender os anseios da Comunidade Produtora.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor Claus Magno Germer, DD. Secretário de Estado da Agricultura, apelando para que sejam efetuados estudos, no sentido de ser instalada em Goioerê, um Posto de Monta, visando a melhoria do rebanho equino na região.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

Tal apelo se faz, tendo em vista que é de nosso conhecimento que dentro do Programa de Tração Animal da Secretaria da Agricultura, estão previstas a instalação de Postos de Monta em diversos municípios de nosso Estado.

Conforme dados fornecidos pelo IBGE, em 1980, Goioerê contava com quase 3000 variando entre 0' a 100 hectares, e que em cujo estabelecimento fundiário, existe uma utilização em grande escala da tração animal, apresentando por sua vez, um baixo potencial genético nos equinos hoje existentes.

Com a instalação do referido posto de montas, procuraremos viabilizar a fixação do homem rural em sua propriedade e na certeza de que tal medida irá beneficiar não só os produtores de Goioerê, mas também aos agricultores de Moreira Salles, Janiópolis e Mariluz.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Governador do Estado ao Secretário da Agricultura e ao Delegado do Ministério da Agricultura no Paraná, formulando apelo para que não sejam dispensados nenhum dos 190 (cento e noventa) servidores da Campanha Nacional da Agricultura do Paraná.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI

(Justificativa feita em Plenário).

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, solicitando a doação de um Gabinete Dentário Móvel destinado ao Município de União da Vitória, para atendimento aos carentes e às escolas municipais, em número de 36.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI e  
ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A Câmara Municipal de União da Vitória aprovou requerimento de autoria do Vereador Affonso Reis Teixeira Filho, onde é solicitada a doação de um Gabinete Dentário Móvel por intermédio da Secretaria da Saúde e do Bem-Estar

Social, destinado para atender as pessoas carentes e aos alunos de 36 escolas do município.

Como se sabe, o flagelo ocorrido em julho de 1983 violentou inúmeros municípios da Região Sul do Estado, causando sérios problemas de ordem social, notadamente em União da Vitória. Conseqüentemente, a Municipalidade esgotou todos seus recursos disponíveis para uma mais eficaz administração com aquela catástrofe, ficando assim desprovida de meios financeiros para poder normalizar a situação.

Dentre os inúmeros problemas surgidos, há o de atendimento dentário à população carente, em especial aos residentes na periferia e em suas escolas municipais que são em número de 36. Muitos estão desempregados e não têm as mínimas condições para arcar com as despesas de uma consulta aos dentistas, obrigando-se a percorrer grandes distâncias do local onde residem para conseguirem essa prestação de serviços, principalmente em favor de seus filhos para habituarem-se ao tratamento dentário.

A cessão de um Gabinete Dentário Móvel efetivamente contornaria o problema, resolvendo a situação em favor de tais pessoas, bem como servindo às escolas municipais, onde os alunos são igualmente, filhos carentes.

Por esta razão, considerando ser essa reivindicação justa e humana, estamos requerendo o envio de expediente à Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social, apelando ao seu titular Doutor Luiz Cordoni Júnior pelo atendimento do solicitado pela Câmara Municipal de União da Vitória, doando-se àquele município o equipamento pretendido.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação no intuito de que sejam desenvolvidos estudos objetivando a criação e instalação de uma escola da rede estadual na localidade de Braganópolis, peretencente à Municipalidade de Janiópolis.

A iniciativa do presente requerimento é do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal daquela cidade, Neurides Valber Brero e do Excelentíssimo Senhor Doutor Amauri Montenegro, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores. Estes afirmam ser da maior importância a implantação de uma escola na localidade de Braganópolis, tendo em vista o expressivo número de jovens que por muitas vezes não conseguem dar prosseguimento aos seus estudos, ante a falta de um estabelecimento de ensino.

Ademais, tal reivindicação é uma antiga aspiração do povo daquela progressista localidade, que tem cobrado de suas lideranças comunitárias e políticas a concretização da mesma.

Neste sentido, ante a exposição de motivos, é de se esperar dessa Secretaria de Estado da Educação o atendimento do que ora é postulado.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte encarecendo a liberação de materiais esportivos na Municipalidade de Juranda.

De iniciativa do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Diemes Amadei e do conjunto dos Vereadores da Câmara Municipal, a presente reivindicação se faz necessária tendo em vista que atualmente Juranda está desprovida de qualquer estrutura para o setor esportivo.

Existe atualmente um grande número de jovens que precisam de condições mínimas para o desenvolvimento das diversas modalidades desportivas, que não as praticam dada a total falta de estrutura.

Neste sentido, espera-se da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte o apoio necessário, desta que é, sem dúvida, uma justa reivindicação.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

PROJETO DE LEI Nº 323/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado no Município de Xambê, o Distrito Administrativo de Casa Branca, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

— partindo do marco 1/74 - A Cravado a margem da Estrada Caramurú, seguiu-se o rumo 1º20'NE com a distância de 587,00 metros onde encontrou-se outro marco 1/47 - A Cravado a margem esquerda do Córrego Caramurú. Deste marco seguiu-se margeando o Córrego Caramurú águas abaixo até o Rio Pacarai águas abaixo até encontrar a Estrada Icaraima até a Estrada Pavão, em continuação seguiu-se margeando a Estrada Pavão até encontrar o marco 270/271 Cravado a margem da mesma Estrada Pavão. Deste marco seguiu-se o rumo 35º29'SW com a distância de 1.015,00 metros, onde encontrou-se outro marco 270/271 Cravado a margem direita do Ribeirão Miriquina. Deste marco seguiu-se margeando o referido Ribeirão Miriquina águas acima até encontrar o marco 84/85 Cravado a margem direita do mesmo Ribeirão Miriquina. Deste marco seguiu-se o rumo 88º30'NE com a distância de 505,00 metros, onde encontrou-se outro marco 84/85 Cravado a margem da Estrada Walkiria. Deste marco seguiu-se margeando a Estrada Walkiria até encontrar o marco 133 cravado a margem da Estrada Mestre, em continuação seguiu-se margeando a mesma Estrada Mestre até encontrar o marco 803/804 Cravado a margem da Estrada Mestre. Deste marco seguiu-se o rumo 51º33'SW com a distância de 448,000 metros onde encontrou-se o marco 838/839 Cravado a margem da Estrada Mestre. Deste marco seguiu-se margeando a Estrada Mestre até encontrar a Estrada Caramurú, em continuação seguiu-se margeando a Estrada Caramurú até encontrar o marco 1/47 - A Cravado a margem da mesma Estrada Caramurú, ponto de partida, ficando assim demarcado o Distrito de Casa Branca do Oeste. Todos os rumos constantes do presente memorial referem-se ao NORTE VERDADEIRO.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data

até a Estrada Figueira, em continuação seguiu-se margeando a Estrada Figueira, até o marco 124/123, cravado a margem da Estrada Figueira. Deste marco seguiu-se o rumo 20°02'NE com a distância de 770,00 metros, onde encontrou-se com outro marco 124/123, em continuação seguiu-se o rumo 33°30'SW com a distância de 70,00 metros onde encontrou-se outro marco 124/123 Cravado a nascente do Córrego Ponte Alta, em continuação seguiu-se margeando o Córrego Ponte Alta águas abaixo até o Córrego Boa-Vista águas abaixo até o Ribeirão Cantinflas, em continuação seguiu-se margeando o Ribeirão Cantinflas águas acima até encontrar o marco 199/621, cravado a nascente do mesmo Ribeirão Cantinflas. Deste marco seguiu-se o rumo 31°00'NW com a distância de 540,00 metros, onde encontrou-se outro marco 199/621 cravado a margem da Estrada Mestre. Deste marco cruza-se a Estrada Mestre até encontrar o marco 837/838 Cravado a margem da mesma Estrada Mestre. Deste marco seguiu-se o rumo 51°33'NW com a distância de 454,00 metros, onde encontrou-se o marco 803/804 cravado a margem da Estrada Mestre. Deste marco seguiu-se margeando a Estrada Mestre até o marco 133 cravado na intersecção das Estradas Mestre e Walkiria. Deste marco seguiu-se margeando a Estrada Walkiria até encontrar o marco 84/85 Cravado na margem da mesma Estrada Walkiria. Deste marco seguiu-se o rumo 88°30'SW com a distância de 505,00 metros, onde encontrou-se outro marco 84/85 cravado a margem direita do Ribeirão Miriquina, em continuação seguiu-se margeando o Ribeirão Miriquina águas abaixo até encontrar o Córrego Macauba, em continuação seguiu-se margeando o mesmo Córrego Macauba águas acima até encontrar o marco 179/14, cravado a nascente do Córrego Macauba. Deste marco seguiu-se o rumo 18°14'SE com a distância 880,00 metros onde encontrou-se o marco 14/179 Cravado a margem da Estrada Mestre e Dourados, ponto de partida, ficando assim demarcado o Distrito de Elisa. Todos os rumos constantes do presente memorial referem-se ao NORTE VERDADEIRO.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS

#### JUSTIFICATIVA:

A Comunidade de Elisa no Município de Xambrê de longa data vem almejando a sua elevação à categoria de Distrito.

Com a elevação daquela localidade à categoria de Distrito, inúmeros benefícios poderão advir, quer no campo social, econômico e cultural, ajudando para que o crescimento ali verificado não venha a sofrer solução de continuidade. Nestas condições e tendo em vista que a localidade de Xambrê, atende aos requisitos previstos na Lei Orgânica dos Municípios e que nos levaram a apresentar o presente plano de lei que temos a certeza receberá o total apoio dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 327/84

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação dos Funcionários de Irmãos Lopes" - AFIL, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1984.

(a) FIORI LUIZ

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública está devidamente registrada sob o n.º 566, do Livro "A-1", de Pessoa Jurídica do 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Londrina.

Desde a sua fundação a AFIL, vem cumprindo fielmente finalidades previstas em seus estatutos, ou seja, o de dar amparo e proteção a todos os funcionários e familiares das Empresas Irmãos Lopes Ltda., Transportes Coletivos Grande Londrina Ltda., Santa Barbara Agro Pastoral S/C Ltda e Transportadora Campo Belo Ltda.

Em anexo estamos encaminhando as documentações que comprovam sua existência, conforme exige a Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria de utilidade pública em nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti, inscrito.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Preocupado com a estabilidade no emprego de 190 servidores que prestam serviço à Campanha Nacional de Erradicação do Câncer Cítrico, CANECC lotados na Secretaria da Agricultura do Paraná, que correm o risco de perder o seu emprego, é que faço um apelo nesta Casa ao Governador José Richa, ao Secretário de Agricultura Claus Germer, e ao Governo Federal para que não seja dispensado nenhum funcionário da CANECC, enquanto a campanha estiver temporariamente paralisada, à espera das definições de normas técnicas e recursos financeiros do Governo Federal para a sua continuidade.

Como os Senhores Deputados sabe, a campanha está paralisada há 13 anos, com o objetivo de adequar-se à metodologia de programa às necessidades de nosso Estado e apesar do Ministério da Agricultura concordar com a nova metodologia proposta pelo Paraná, não vem liberando os recursos financeiros conforme havia prometido, inclusive publicamente no projeto "laranja", em Maringá, em que o Delegado Federal da Agricultura do Paraná exibiu um telex, que afirmava a liberação de dois bilhões de cruzeiros do Governo Federal, o que não se efetivou até a presente data.

Os 190 servidores da CANECC, não podem pagar a perda do seu emprego por este desacerto do Governo Federal, e em especial pelo Ministério da Agricultura, que não tem honrando os seus compromissos financeiros com o programa.

Por isto apelamos ao espírito paranista do Governador José Richa, para que estes servidores da CANECC sejam aproveitados em outros setores

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação dos Funcionários de Irmãos Lopes" - AFIL, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1984.

(a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública está devidamente registrada sob o n.º 566, do Livro "A-1", de Pessoa Jurídica do 2.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Londrina.

Desde a sua fundação a AFIL, vem cumprindo fielmente finalidades previstas em seus estatutos, ou seja, o de dar amparo e proteção a todos os funcionários e familiares das Empresas Irmãos Lopes Ltda., Transportes Coletivos Grande Londrina Ltda., Santa Barbara Agro Pastoril S/C Ltda e Transportadora Campo Belo Ltda.

Em anexo estamos encaminhando as documentações que comprovam sua existência, conforme exige a Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria de utilidade pública em nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti, inscrito.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Preocupado com a estabilidade no emprego de 190 servidores que prestam serviço à Campanha Nacional de Erradicação do Câncer Cítrico, CANECC lotados na Secretaria da Agricultura do Paraná, que correm o risco de perder o seu emprego, é que faço um apelo nesta Casa ao Governador José Richa, ao Secretário de Agricultura Claus Germer, e ao Governo Federal para que não seja dispensado nenhum funcionário da CANECC, enquanto a campanha estiver temporariamente paralisada, à espera das definições de normas técnicas e recursos financeiros do Governo Federal para a sua continuidade.

Como os Senhores Deputados sabe, a campanha está paralisada há 13 anos, com o objetivo de adequar-se à metodologia de programa às necessidades de nosso Estado e apesar do Ministério da Agricultura concordar com a nova metodologia proposta pelo Paraná, não vem liberando os recursos financeiros conforme havia prometido, inclusive publicamente no projeto "laranja", em Maringá, em que o Delegado Federal da Agricultura do Paraná exibiu um telex, que afirmava a liberação de dois bilhões de cruzeiros do Governo Federal, o que não se efetivou até a presente data.

Os 190 servidores da CANECC, não podem pagar a perda do seu emprego por este desacerto do Governo Federal, e em especial pelo Ministério da Agricultura, que não tem honrando os seus compromissos financeiros com o programa.

Por isto apelamos ao espírito paranista do Governador José Richa, para que estes servidores da CANECC sejam aproveitados em outros setores

até a Estrada Figueira, em continuação seguiu-se margeando a Estrada Figueira, até o marco 124/123, cravado a margem da Estrada Figueira. Deste marco seguiu-se o rumo 20.º02'NE com a distância de 770,00 metros, onde encontrou-se com outro marco 124/123, em continuação seguiu-se o rumo 33.º30'SW com a distância de 70,00 metros onde encontrou-se outro marco 124/123 Cravado a nascente do Córrego Ponte Alta, em continuação seguiu-se margeando o Córrego Ponte Alta águas abaixo até o Córrego Boa-Vista águas abaixo até o Ribeirão Cantinflas, em continuação seguiu-se margeando o Ribeirão Cantinflas águas acima até encontrar o marco 199/621, cravado a nascente do mesmo Ribeirão Cantinflas. Deste marco seguiu-se o rumo 31.º00'NW com a distância de 540,00 metros, onde encontrou-se outro marco 199/621 cravado a margem da Estrada Mestre. Deste marco cruza-se a Estrada Mestre - até encontrar o marco 837/838 Cravado a margem da mesma Estrada Mestre. Deste marco seguiu-se o rumo 51.º33'NW com a distância de 454,00 metros, onde encontrou-se o marco 803/804 cravado a margem da Estrada Mestre. Deste marco seguiu-se margeando a Estrada Mestre até o marco 133 cravado na intersecção das Estradas Mestre e Walkiria. Deste marco seguiu-se margeando a Estrada Walkiria até encontrar o marco 84/85 Cravado na margem da mesma Estrada Walkiria. Deste marco seguiu-se o rumo 88.º30'SW com a distância de 505,00 metros, onde encontrou-se outro marco 84/85 cravado a margem direita do Ribeirão Miriquina, em continuação seguiu-se margeando o Ribeirão Miriquina águas abaixo até encontrar o Córrego Macauba, em continuação seguiu-se margeando o mesmo Córrego Macauba águas acima até encontrar o marco 179/14, cravado a nascente do Córrego Macauba. Deste marco seguiu-se o rumo 18.º14'SE com a distância 880,00 metros onde encontrou-se o marco 14/179 Cravado a margem da Estrada Mestre e Dourados, ponto de partida, ficando assim demarcado o Distrito de Elisa. Todos os rumos constantes do presente memorial referem-se ao NORTE VERDADEIRO.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade de Elisa no Município de Xambê de longa data vem almejando a sua elevação à categoria de Distrito.

Com a elevação daquela localidade à categoria de Distrito, inúmeros benefícios poderão advir, quer no campo social, econômico e cultural, ajudando para que o crescimento ali verificado não venha a sofrer solução de continuidade. Nestas condições e tendo em vista que a localidade de Xambê, atende aos requisitos previstos na Lei Orgânica dos Municípios e que nos levaram a apresentar o presente plano de lei que temos a certeza receberá o total apoio dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 327/84

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



do Estado, enquanto a campanha estiver paralisada. A própria Secretaria de Agricultura poderia absorver a maioria deles através do recém-criado programa de combate ao bicudo do algodão. Poderiam ser aproveitados ainda na área de defesa sanitária animal e vegetal, na área de produção de sementes e mudas, no Departamento de Economia Rural, ou mesmo na área administrativa. Parte poderia ser absorvida pelas empresas vinculadas à SEAG, Prefeituras, em serviços comunitários, ou em qualquer outro órgão do Governo do Estado.

Alguma solução precisa ser tomada, para que cerca de 600 paranaenses não tenham que amargar mais um Natal sem ter como garantir o seu sustento.

Pasmem, Senhores Deputados, já se passaram 27 anos de início do combate ao cancro cítrico, com interdição da maior parte do Estado ao plantio da citricultura e até agora estamos quase que ainda no ponto de partida.

O Paraná importa mais de 96% das laranjas consumidas internamente, perfazendo a expressiva quantia de 140 mil toneladas de frutas, in natura. O Paraná possui uma infra estrutura razoável de instalações, pessoal, equipamentos e uma frota de 130 veículos que estão parados para dar suporte inicial à campanha.

O IAPAR possui dados de pesquisa, que comprova ser possível a condução mais racional do programa, com variedades cítricas mais resistentes ao cancro cítrico e que a bactéria causadora da doença não sobreviveria mais de 60 dias ao solo, desde que não existam restos de citrus, tornando viável a liberação de propriedades idôneas de municípios contaminados, desde que sejam eliminadas as plantas cítricas das propriedades contaminadas.

Por ser uma excelente opção, ao mini e pequeno produtor, por fixar o homem no campo por ser uma opção de renda, ser possível sua exploração, inclusive em áreas acidentadas é que todas as lideranças agrícolas desse Estado, e em particular este Deputado exige uma política citrícola para o Paraná.

Voltando ao ponto de origem que me fez usar esta Tribuna volto a expressão à minha profunda preocupação com a sorte dos servidores que prestam serviços a CANECC, e peço a engajamento dos companheiros Deputados nesta luta, conforme solicitação dirigida através de ofícios a todos os Parlamentares pelo Presidente da Associação dos Funcionários na Secretaria de Agricultura.

Muito obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Gabriel Manoel, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Povo do meu Paraná. Aqui estamos novamente, na tribuna, para dar a notícia que o nosso partido fechou questão para as eleições no Colégio Eleitoral. Queríamos também, advertir, ao povo, apenas um alerta: "Quem tem medo de PAULO MALUF?" (Lê):

"A TV GLOBO de propriedade de grupos norte americanos. O testa de ferro Roberto Marinho sabe que Maluf irá democratizar e nacionalizar os meios de comunicação. Será o fim da lavagem

cerebral que a Globo "IMPOE" ao povo brasileiro.

2) - OS BANCOS que exploram o povo e ocasionam a inflação. Maluf irá disciplinar o ganho de capital. Dará prioridade ao trabalho e aos trabalhadores.

3) - OS GOVERNADORES DO NORDESTE e os políticos que se elegeram com a indústria da seca. Maluf irá acabar com a dependência do trabalhador nordestino dos coronéis da política do Nordeste.

4) - OS FASCISTAS representados por Antônio Carlos Magalhães e pelos candidato a vice José Sarney, cujo verdadeiro nome é José Ribamar. Seu pai, testa de ferro de uma multinacional, era chamado pelos ingleses de "SIR NEY" (SR. NEY). Seu filho requereu na justiça troca de nome. Com Maluf vão acabar os testas de ferro das multinacionais e os que negam seu passado.

5) - OS COMUNISTAS e a internacional socialista sabem que com Maluf a política será exercida pelos brasileiros em suas próprias raízes sociais e sem imposição de grupos internacionais.

6) "O ESTADO DE SÃO PAULO" jornal que serve aos grupos internacionais. No passado promoveu o assassinato de Getúlio Vargas, e a derrubada de João Goulart. Maluf também é nacionalista.

7) - OS INCOMPETENTES e medíocres que ocupam posições indevidas, serão segregados naturalmente. O modelo de Maluf é o da inteligência, da capacidade, do esforço, da energia, e do Brasil".

Senhor Presidente, como podem os nacionalistas fajutas brasileiros, associarem-se aos grupos norte-americanos e darem guarida à TV GLOBO que não é outra coisa a não ser a testa de ferro do poder americano.

Como podem os Deputados do PMDB irem à Tribuna e defender o indefensável? Que digam a quem pertence a TV GLOBO, que digam quem foi o causador da derrubada de Getúlio Vargas e João Goulart, se não foi "O Estado de São Paulo"? O jornal de maior circulação no País, que tem por trás de si o interesse americano no nosso País. Onde estão os nacionalistas...

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Mesa informa que o seu tempo está esgotado.

O SR. GABRIEL MANOEL - ... que defendem. Senhor Presidente e Senhores Deputados, a consciência é a maior...

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Encerrado o Pequeno Expediente. No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado José Antônio Fonseca, inscrito.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Ocupo hoje esta tribuna, na qualidade de relator na Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades ocorridas na administração pública do Estado do Paraná, do CASO IPE - Instituto de Previdência do Estado, para sustentar o Relatório que apresentei do caso, diante das vociferações que se levantaram nesta Assembleia, articuladas pelo nobre Deputado Erondy Silvério. E o faço, como tributo de respeito que todo o homem

mais novo deve ao homem mais velho.

Rememorando ao nobre Deputado Erondy Silvério: Ao assumir o Governo do Estado, com maioria absoluta neste Poder, o meu Partido, PMDB fiel aos compromissos assumidos com o povo do Paraná, de esclarecer todas as acusações que pesavam sobre a administração pública do Estado, no que presta também, um serviço aos homens que nela estiveram empenhados, quando constata as suas lisuras de conduta, propôs a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para analisar o contexto acusatório que pudesse articular ao persecutório parlamentar. E, de acordo com a LEI, foi assegurada a participação da Bancada Pedessista, na CPI, tanto para defender os seus apaniguados políticos, quanto para questionarem sobre todos os trabalhos da CPI

Entre os vários casos de irregularidades, foi arrolada a administração do Instituto de Previdência do Estado. Porque, em fim de gestão, conforme a Portaria n.º 99/83 - IPE, que instaurou inquérito administrativo dentro do IPE, constatou-se nos levantamentos, um locupletamento ilícito contra os cofres da instituição, de Cr\$ 1.911.882, e tentativa de locupletamento, da ordem de Cr\$ 5.537.411. E, pela Portaria n.º 76/83, que instaurou inquérito administrativo dentro do IPE, constatou-se ainda, na apuração dos fatos, a tentativa de apropriação da importância de Cr\$ 9.857.216 que corrigida a maio de 1983 somava Cr\$ 26.527.000; portanto acarretando prejuízo de grande monta ao IPE. Isto, entre outras coisas, como por exemplo, a realização de 273 empréstimos irregulares começados em agosto de 1973 até janeiro de 1983, por cujo expediente, se fazia girar um caixa clandestino dentro do IPE, de agiotagem pelos funcionários nele envolvidos.

Diante dessas constatações, este relator enfocou o exame do persecutório, à luz da RESPONSABILIDADE INDIRETA, que é, em nosso modesto entendimento jurídico, o instituto doutrinário adequação à fixação do comprometimento administrativo, no âmbito de uma CPI, pela sua natureza essencialmente POLÍTICA. Pois que, o compromisso do questionamento jurídico coercitivo da conduta imputável, é do PODER JUDICIÁRIO; e, como, a investigação indiciária, é da POLÍCIA. Ao PARLAMENTO, por conseguinte, compete não a qualificação de delitos ou de legitimidades postulatórias, mas sim, o ENFOQUE POLÍTICO DA QUESTÃO. Porque aqui no PARLAMENTO, se administra o PROCESSO HISTÓRICO, que é permanente; e não, as incidências de interesses públicos, que são transitórias.

E então, o instituto jurídico da RESPONSABILIDADE INDIRETA, abrange, pela "CULPA IN VIGILANDO", o TITULAR DA ADMINISTRAÇÃO analisada, que no caso, são os Senhores Ney Aminthas de Barros Braga, Hosken de Novaes e Ivo Arzua Pereira; os dois primeiros, como Governadores, e o último como Superintendente do IPE, ao tempo dos locupletamentos levantados.

Pedindo ao nobre Deputado Erondy Silvério que aceite o meu modesto entendimento jurídico, não como revide às suas colocações defensivas do Senhor Ivo Arzua Pereira, embora a simplicidade da linguagem tenha tocado a minha

sensibilidade, mas, como tributo do respeito que eu lhe tenho como mais novo, diante das suas cãs, tentando a minha universidade e o Poder Judiciário, onde, por mais de dez anos exercitei o DIREITO com sucesso suficiente para me trazer até aqui, como mandatário do povo paranaense, esclareço a Vossa Excelência, que a RESPONSABILIDADE INDIRETA não acarreta depreciação moral ao envolvido, na mesma proporção, da desqualificação que sofre o subordinado que pratica o ato danoso. A culpa se limita à desídia, ou à omissão, ou, ao despreparo gerencial da coisa pública, ou, à imprevidência, ou mesmo ao excesso de confiança do chefe nos seus subordinados. Pois a figura herdada do Direito Romano, da "culpa in vigilando" não comporta extrapolações conceituais para além da sua formulação científica da VIGILÂNCIA. Isto é, do dever do superior, de ter o controle total do complexo administrativo a seu encargo e responsabilidade. Por isso, o chefe tem de se orientar, nos grandes complexos administrativos, por RELATÓRIOS diários ou semanais de todas as chefias de departamentos, que fechem todas as contas de tesouraria, na conformidade dos despachos exarados pelo chefe.

E assim, nobre Deputado Erondy Silvério, este modesto advogado, embora com um passado forense de muito orgulho, assumindo-se como administrador do PROCESSO HISTÓRICO, apenas cumpriu o seu mandato parlamentar, dando à CPI, cujo caso relatou, a situação procedimental que, no seu entendimento jurídico-político, julgou-se ser a própria. Enfocando o caso pela IMPESSOALIDADE do Processo Histórico e pela ISENÇÃO que deve sempre norteá-lo: Citou nomes, não para atingir pessoas, mas sim, para bem consubstanciar ao julgamento das gerações futuras, o período de VINTE ANOS DE ARBITRÍO DE TUTELA E DE APADRINHAMENTOS que produziu esses fatos analisados neste momento, pelo nosso raciocínio contestatório dessas duas décadas, em cujo, o povo paranaense acreditou e por nele acreditar, nos outorgou o Governo deste Estado. Em nenhum momento, ao relatar o caso, este Deputado se preocupou com as pessoas do Sr. Ivo Arzua Pereira e Hosken de Novaes. Mesmo porque, sequer os conhece; jamais lhes dirigiu a palavra e nem teve de parte deles, o prazer de ouvi-los. Mas, invocando a isenção de um magistrado, que é a própria do relator de uma CPI, deu o seu veredicto extraído da DOCUMENTAÇÃO que tinha em mãos para isso.

No entretanto, o nobre Deputado Erondy Silvério, na pressa de defender os amos a quem serviu no passado, como integrante do partido que lhes dava cobertura política, não leu o nosso relatório, porque se o tivesse lido, certamente não nos teria atingido com a língua, como o fez, visto que, embora embasado em raciocínio jurídico e em grandeza de linguagem parlamentar, não extrapola o nível de compreensão das mentes mais cansadas pelo trabalho desta Casa, o nosso modesto relatório.

E, na sua intentona defensiva, nos acusa de desalmado, e diagnostica que a nossa conduta seria norteada por "ódio no coração". Tanto se equivocou, equivocou, nobre Deputado, ao nos descrever como desalmado, quanto errou no seu diagnóstico psiquiátrico. Pois que, por origem genética, sou um sentimental. E, ninguém, mais do que nós deseja o momento desta Nação, em que todos os brasileiros



se confraternizem pela certeza da LEALDADE e todos os atos da vida pública sejam embasados na CONFIANÇA RECÍPROCA, na BOA FÉ, NO DESPREENDIMENTO e nas convicções do IDEAL COMUM. Porque então, as CPIs serão coisas de um passado que ninguém desejará recordar, tal a primariedade cívica que elas encerram. E acredite-me então, NÃO ME ALEGRO com a conduta irresponsável daqueles agentes desse ARBITRÁRIO VINTENÁRIO que apodreceu esta República, citados nesse Relatório. Por isso, há dois anos, que faço desta tribuna, uma trincheira corajosa e determinada contra esse regime, que graças a Deus estamos vencendo! E esta minha posição, por si mesma testemunha o ZELO que tenho em meu íntimo e no mais elevado do meu ideal político, por TODOS os brasileiros de ontem e de hoje, independentemente do que tenham feito de errado. Contanto que colaborem para que encontremos todos juntos, o denominador comum da VOCAÇÃO PÚBLICA.

E esta colaboração, nobre Deputado Erondy Silvério, as hostes remanescentes do passado, nesta Casa, não nos deram nessa CPI. Porque, o momento de Vossa Excelência proceder defesas, era do tempo dos trabalhos da CPI, e, o lugar de Vossa Excelência apresentar essas defesas, era dentro da CPI, até a aprovação do relatório, porque essa aprovação encerra os respectivos trabalhos e consequentemente, todas as defesas e incidentes. E, a sua Bancada, por autodeliberação, houve por bem se retirar da CPI, após ter aprovado a sua instalação. Com cujo ato, os Srs. Deputados do PDS aprovaram por antecipação, através de manifestação tácita na CPI, todo e qualquer relatório que nela se apresentasse.

Por conseguinte, nobre Deputado, eu bem entendo as suas dores pelos seus, porque ela não pode ser menor do que o meu constrangimento em ter de apontá-los como responsáveis pelos atos de sua administração. Mas, Vossa Excelência não teve razão nem quando aqui, intempestivamente e inconsequentemente produziu seus achincalhamentos contra o nosso trabalho, nem agora, com o seu requerimento insistindo pela presença do Sr. Ivo Arzua Pereira nesta Casa, para "vir defender-se". Porque, se houve conduta antidemocrática na CPI, esta é a conduta do PDS que dela se retirou. Pois que, com esse ato, julgaram indefensáveis os seus apaniguados, ao mesmo tempo em que expressaram inequivocamente, a confiança naqueles que tomaram a responsabilidade de desempenharem esse encargo. O qual, longe de ser um "instrumento de retaliações e de enxovalhamento da moral alheia" como diz Vossa Excelência, É UM DEVER IMPOSTO PELA LEI, aos Parlamentares de FRONTE ERGUIDA, cujo dever, os Srs. Deputados do PDS, NÃO QUISERAM CUMPRIR! Por isso, longe de me sentir humilhado, Deputado Erondy Silvério, eu me sinto tranqüilo, por ter desempenhado com ISENÇÃO, o dever que o mandato me impôs.

E, dentro da colocação que eu dei ao caso IPE, relatado na CPI, são irrelevantes os "currículos pessoais", porque eu o situei como FATO DO PROCESSO HISTÓRICO que nós administramos hoje, e que foi administrado ontem, pelo PDS. Porque essa é a situação correta de uma CPI. Ela não é um inquérito policial, mas sim, um PERSECUTÓRIO DE ANÁLISE POLÍTICA; de natureza política, para fim político. Porque como fato histórico, ela

se destina ao PROCESSO HISTÓRICO; e este, é procedimento político, é administração política, é veredicto político. Por conseguinte, o Sr. Ivo Arzua Pereira nada mais tem a fazer nesta Assembléia Legislativa, depois que a bancada do seu partido nos delegou, por antideliberação, autoridade e competência para desincumbir-nos na CPI, e depois que, nesse mister, o relatório que o envolveu foi aprovado. Porque o CASO ENCERROU-SE. A nível de Parlamento. PASSOU PARA A HISTÓRIA. E se o Sr. Ivo Arzua Pereira ficou indefensável, culpa não caberá jamais a mim que fui mero relator do caso, e muito menos ao meu partido. Porque, quem o abandonou como indigno de qualquer apreço político, foi a Bancada do PDS que se retirou da CPI, abandonando os seus e declinando do direito de defesa. Certamente confiou em nossa IMPARCIALIDADE. Porque, por respeito a Vossa Excelência, Deputado Erondy Silvério, e por todos os Srs. Deputados do seu partido que eu reputo de reconhecidas capacidades parlamentares, não posso menosprezar o pressuposto de que Vossas Excelências entendem o que é uma CPI. Não é um passatempo; não é brincadeira; não é um foro de debates. É um PROCEDIMENTO PARLAMENTAR DE CUNHO HISTÓRICO, cujas partes, quando declinam da respectiva lide, precluem contra si, os consequentes efeitos.

Não estamos pois, "negando o direito de defesa" ao Sr. Ivo Arzua Pereira, como diz o nobre Deputado Erondy Silvério, ao não o convidarmos para vir palestrar sobre o seu "currículum vitae", nesta Assembléia. Porque, a CPI encerrou o caso que o envolvia. Em cujo persecutório parlamentar, foi assegurado à Bancada do PDS, o dever de participação, tanto para auxiliar nos trabalhos, quanto para defender os seus. E o PDS declinou desse dever. Precluiu pois, contra si, toda e qualquer manifestação de defesa. Pois que, esta Assembléia não é uma CPI. Quando muito, está em vias legais de instituir a "Tribuna Livre" para as pessoas qualificadas na respectiva lei.

Estes, nobre Deputado Erondy Silvério, os reparos que o meu grau de advogado me impunha apresentar às leigas e descompenetradas assertivas que Vossa Excelência dirigiu a mim e a este Parlamento. E permita-me rogar-lhe, com todo o respeito que lhe tenho como Deputado e como mais velho, que me poupe, de ora em diante, do sacrifício de contraditar elocubrações desprovidas das mínimas recomendações parlamentares, como o foram as "defesas" intentadas por Vossa Excelência, em favor do Sr. Ivo Arzua Pereira.

Eis que, se este Poder, em algum outro tempo se destinou a uma atuação de tal espécie parlamentar, como quer Vossa Excelência nos impor, aprendamos agora, a HONRAR o PARLAMENTO, como EXPRESSÃO MAIOR DO POVO PARANAENSE, onde se administra o seu PROCESSO HISTÓRICO, e não a dinâmica dos que entendem que a EVOLUÇÃO CÍVICA deva ser um processo sem graduação hierárquica.

Não desaprecio os "currículum vitae" bem supridos. Todavia, empresto maior admiração e apreço aos que apresentam a função pública como o EXERCÍCIO DE UM IDEAL que se somam a uma vida construída dentro da competitividade da existência particular. Por isso, talvez só neste particular, eu deva pedir aos defensores do Sr. Ivo

Arzua Pereira que me dispensem tolerância, porque é uma convicção imodificável. E por ela sou levado a não discriminar ninguém pela estampa da "carreira pública". Porque a função pública é um direito e um dever de cada um brasileiro. De modo que, aqueles que nela se eternizam, salvo os mandatos outorgados pelo voto popular, estão impedindo o direito dos mais moços e truncando curso natural do desenvolvimento das gerações. E não há melhor comprovação sobre este meu ponto de vista, do que estes vinte anos de ditadura, na qual a ciranda do poder foi sempre encenada pelos mesmos homens.

Esta é, verdadeiramente a "Casa do Povo", como o Palácio Iguaçu é a "Casa do Povo", como os Tribunais são a "Casa do Povo", porque o ESTADO é a "Casa do Povo". Todavia, o povo não pode individualmente exercer-se em toda a parte da sua dimensão jurídica e política. Por isso, pela LEI, o povo constituiu sobre si, os PODERES DO ESTADO, dentro dos quais, esse povo se exerce pelos seus MANDATÁRIOS. E aqui, somos nós Deputados os mandatários do povo. Só nós temos competência legal e espaço garantido para estarmos aqui. Temos pois, para não decepcionarmos o povo, e nem procrastinar a sua evolução cívica, de, AQUI DENTRO, fazemos RESPLANDECER A GRANDEZA DO POVO. Porque, se o povo devesse estar aqui, para que nós serviríamos? Consequentemente, quando se instala aqui, uma CPI, os parlamentares têm investidura mandatária outorgada pelo povo, para nela se desenharem em toda a dimensão constitucional dos mandatos. Assim, quando esses Parlamentares se retiram da CPI, declinam voluntariamente, mas com a soberania mandatária que lhes é própria, dos deveres e direitos que o povo congregado pelo respectivo partido, tinha dentro da CPI. E, como essa soberania mandatária é inviolável, a Bancada do meu Partido, e este Poder têm de respeitar. E nisso esta Casa acolheu e engrandeceu o povo do Paraná, ao negar acolhida às postulações do nobre Deputado Erondy Silvério, em RESPEITO à sua retirada da CPI. Porque esse, é um ato de soberania mandatária inviolável. Não pode, pois, este Poder, depois de encerrar soberanamente, nos limites dos mandatos parlamentares, um caso da CPI, reabri-lo por incidente de Plenário. Porque as respectivas preclusões estão cobertas por essa soberania que investe os mandatários do povo, do poder de decisões aqui dentro.

Ainda resta, nobre Deputado Erondy Silvério, lembrá-lo, respeitosamente, que a CPI, na qual arrolou-se o IPE, não foi instalada para colecionar relações de obras realizadas pelos ocupantes de funções públicas e do Governo do Estado, mas sim, para verificar irregularidades ocorridas na administração pública. De forma que, o ofício mencionado por Vossa Excelência, está totalmente divorciado do feito a que deveria, em tempo hábil, ter sido dirigido; divorciado tanto em conteúdo, quanto em objetivo. De forma que, mesmo na CPI ele seria irrelevante e de nenhum valor. Pois, a defesa teria de desqualificar a RESPONSABILIDADE INDIRETA. E isto, o ofício não conseguiu fazer.

Quanto ao fato de Vossa Excelência ter constatado que "o povo paranaense ficou surpreso com o relatório em tela", me faz pensar o quanto esse povo esteve ABANDONADO ou quão amordaçados pelo arbítrio e pela ditadura, estiveram até agora, os seus líderes e os seus mandatários. Porque, o episódio do IPE, por mim relatado, é como um grão de areia nesse mar

de lama a que virou, nestes vinte anos, esta República. E por conseguinte, o povo já está por demais saturado de escândalos, para ainda ter surpresas. Daí, o meu entendimento, de que o povo se surpreende, segundo a constatação do ilustre Deputado, quando os seus mandatários cumprem com o seu dever. E isto é uma razão de orgulho para este Parlamento. Porque aqui não estamos lavando as mãos diante do subordinado que deve ser sacrificado pelo chefe. mas sim, cumprindo com o nosso dever perante o povo, MOSTRAMOS TODA A EXTENSÃO DA CULPA, NOMINANDO, na conformidade das ciências jurídicas, TODOS OS CULPADOS.

E desta maneira, estamos RESTAURANDO o PODER LEGISLATIVO no Estado do Paraná. E como o fazemos de consciência tranqüila e de cabeça erguida, NADA TEMEMOS".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Consulto à Liderança do PMDB, se fará uso do seu horário.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Nos 15 primeiros minutos, o Deputado Ferrari Júnior, nos 15 últimos minutos, o Deputado Fiori Luiz.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Concedo a palavra, por 15 minutos, ao Sr. Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nosso pronunciamento seria quase que uma consequência do pronunciamento feito há pouco, pelo ilustre companheiro Fonseca. Realmente neste País, nos últimos 20 anos, parece que se transformar em ladrão é ganhar promoção. Nós denunciemos há alguns meses desta mesma tribuna, que gostaria ocorrendo corrupção, roubo, desvio de dinheiro, dinheiro do povo, de um órgão ligado ao Governo do PDS. Nós nos referíamos ao IAPAS; nós falávamos dos seus Superintendentes, há tantos anos no cargo, com tanto desvio de dinheiro, com tanto roubo, com tanto roubo.

E através desta Casa, nós solicitamos à Câmara dos Deputados, para que um pedido de informações fosse feito diretamente ao INPS Nacional, para que as nossas dúvidas fossem dirimidas. E o ilustre brasileiro, João Leitão de Abreu, Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, no dia 13 de novembro de 1984, determinou que as questões formuladas fossem devidamente respondidas através do ilustre Deputado Federal José Tavares, que nos ajudou neste nosso trabalho.

Nós perguntávamos daqui mesmo, desta tribuna, há alguns meses, e hoje nós temos a resposta por escrito, um documento, dizendo que houve roubo no IAPAS do Paraná; e a nossa primeira pergunta: houve nos últimos três anos algum caso de desfalque na Superintendência do IAPAS no Estado do Paraná? Em caso afirmativo, qual o seu valor em cruzeiros? A resposta oficial que se encontra em nosso poder: sim, houve.

Realizada a auditoria na representação, no Estado do Paraná identificou a Direção Geral do Instituto de Administração Financeira da Previdência, e Assistência Social (IAPAS), a ocorrência de irregularidade na Secretaria de Contabilidade e Finanças

do órgão envolvendo um desvio na importância de 115 milhões, 647 mil, 41 cruzeiros e um centavo.

Alguém poderia dizer, tanto barulho para tão pouca coisa.

Que nesse País, realmente, roubar 115 milhões de cruzeiros, não é grande coisa.

Mas, vem a nossa segunda pergunta: qual a época em que ocorreram os desvios financeiros e suas características?

Aí vem, Sr. Presidente, e Srs. Deputados, a resposta:

"O desvio, segundo apurado na Auditoria, ocorreu durante o período compreendido entre os anos de 1978, e 1983, e resulta de valores não depositados no Banco do Brasil, na conta SPAS, Conta Arrecadação a Transferir, 115 milhões e alguma coisa, a partir do ano de 1978".

Significa, em dinheiro de hoje, 2 bilhões de cruzeiros! Este, o rombo, este, o rombo no IAPAS do Estado do Paraná, ou mais precisamente, aqui na nossa Capital, Curitiba.

Uma pergunta:

"Foi realizado, ou está em andamento, algum Inquérito Administrativo contra eventuais desfalques?"

A resposta:

"Sim. Em face da Auditoria realizada, foi constituída, pela Direção Geral do IAPAS, uma Comissão de Inquérito conforme Portaria n.º 325, de 18 de julho último (cópia anexa), cujos trabalhos deverão encerrar-se no dia 26 do corrente, e iniciada até 29 de novembro próximo vindouro, uma Tomada de Contas Especial, abrangendo os últimos três anos".

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. FERRARI JÚNIOR — Nobre Deputado Gabriel Manoel, quando Vossa Excelência está na tribuna, Vossa Excelência não concede apartes a membros da nossa Bancada, logo, não lhe concedo apartes.

Mas, continuando:

A nova pergunta:

"Os envolvidos nesses desfalques, ocupavam cargos relevantes na estrutura administrativa do IAPAS?"

A resposta diz o seguinte:

"Até o presente momento, (aí é que vem o grande "chuncho", agora é que vem o grande "chuncho", dizem que "morto não fala") está comprovada a participação do ex-Secretário de Contabilidade e Finanças, Sr. Getúlio Luís Pimentel, falecido no mês de janeiro de 1984".

O "chuncho" é desde 1978, o Sr. Getúlio morreu em janeiro de 84, 5 dias após a sua morte, apareceu o estouro, e ele passou a ser o culpado; como eu disse, "morto não fala", a culpa fica para cima dele mesmo.

E diz ainda que, "A Procuradoria Regional do IAPAS porém, já promoveu as medidas judiciais adequadas destinadas a assegurar o ressarcimento do prejuízo acarretado à Instituição, tendo, o Meritíssimo Juiz da 6ª Vara de Justiça do Paraná, determinado o bloqueio dos bens dos herdeiros do ex-servidor, com o propósito de impedir a sua alienação".

O Sr. Jorge Maia — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, eu honestamente estou acompanhando o seu raciocínio, e o perdi, em uma

parte.

Vossa Excelência diz que o Relatório diz que, o Dr. Getúlio seria o causador do desfalque?

Eu pergunto a Vossa Excelência — inclusive foi um caso de polêmica entre este Parlamentar e Vossa Excelência, este caso do IAPAS — o Relatório diz que, o desfalque foi feito na gestão do Sr. Getúlio, quando era Chefe da Contabilidade? Se foi isto que entendi? de 78, a 83?

O SR. FERRARI JÚNIOR — Secretário de Contabilidade e Finanças.

O Sr. Jorge Maia — O Sr. Getúlio, de 78, a 83?

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sem dúvida.

O Sr. Jorge Maia — Obrigado.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Continuando.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Agora, viria a pergunta:

"Qual a responsabilidade do Superintendente Regional do IAPAS, e, há quantos anos se encontra no cargo?"

A resposta é a seguinte:

"Somente após a conclusão do Inquérito, é que estará esclarecido em definitivo, o envolvimento, ou não do Superintendente Regional, no cargo, desde 27 de julho de 1978". Ora bolas, no cargo desde 27-07-78 era o chefe. O chefe-mor do IAPAS, o Superintendente do IAPAS no Paraná, Dr. Calberg, exatamente na época em que ele assumiu a Chefia Geral do IAPAS, a Direção Geral do IAPAS no Paraná, exatamente neste ano é que iniciou o rombo na Previdência Social no Estado do Paraná. Cinco dias após morreu o Senhor Getúlio, e é que levantaram a questão e disseram inclusive — nós vamos voltar a este assunto outras vezes, o nosso tempo é curto — disseram no inquérito, cuja cópia temos em mãos e vamos apresentar em outra oportunidade, que o senhor Getúlio tinha consigo uma chave e guardava todos os documentos no seu armário, que ele era o único dono da chave. Ora, será que o Superintendente não tinha uma chave, não tinha o poder de fiscalizar? Será que esse cidadão nunca entrou em férias?

Será que esse cidadão nunca ficou doente?

É incrível e nos pedimos, desta tribuna, a bem da dignidade, enquanto não se chegar ao final, que se afaste do cargo, o Dr. Calberg, que é o chefe Geral do IAPAS no Estado do Paraná e cuja movimentação toda, cuja confusão toda, cujo rombo iniciou justamente no período em que ele assumiu o órgão no Estado do Paraná.

Nós não podemos permitir, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que agora a culpa caia para cima de um cidadão que já morreu, e tem mais, e vamos trazer em outra oportunidade porque queremos deixar bem clara a situação. Porque acusar então o Dr. Calberg? Por que os cheques assinados pelo Sr. Getúlio e que foram desviados, isto é, não foram depositados na conta normal do Banco do Brasil, foram assinados também pelo Superintendente do IAPAS no Paraná, e quando esses cheques eram desviados para outro Banco, no verso deste cheque, constavam também duas assinaturas: a do Sr. Getúlio e a do Superintendente do IAPAS do Paraná.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, espero que mais este escândalo chegue ao fim, que o culpado seja punido, que não se jogue toda a culpa para cima de uma pessoa que já partiu, de uma pessoa que já morreu. talvez, o Senhor Getúlio tenha a suaculpa: Não estou a inocentá-lo simplesmente pelo fato de ele haver falecido. Agora uma coisa é certa, uma coisa é correta: o Sr. Calberg, se for inocentado por todos aqueles que o protegem, por todos aqueles que protegem a corrupção no Brasil, pelo menos teria que ser demitido por um motivo: por incompetência, por incapacidade, para dirigir este cargo no Estado do Paraná.

Muito obrigado Senhor Presidente, muito obrigado Senhores Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Concedo a palavra ao Senhor Deputado Fiori Luiz, no Horário da Liderança do PMDB.

O SR. FIORI LUIZ — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vamos falar um pouco sobre memória curta, fazer uma auto crítica.

Há poucos meses o povo lotava as praças deste País, pedindo as "Diretas Já". Hoje, seis meses depois, falar em "Diretas Já" é um palavrão e ainda há aqueles que carregam na lapela até hoje, são raros mas existem, o distintivo das "Diretas Já" e essas pessoas são alvo de pilhérias e de gozações.

Hoje o Colégio Eleitoral é a coisa da moda. É Michael Jackson e Colégio Eleitoral. Falam em transição histórica; sem ruptura, sem traumas. Agora eu pergunto: É isto o que o povo quer? Com todo o respeito aos 686 que votarão no dia 15, e nós temos o companheiros nossos aqui. É impressionante como os homens públicos deste País e principalmente os do meu Partido — o PMDB, mudam de opinião da noite para o dia como verdadeiros camaleões da política.

Ontem a palavra de ordem era: "Diretas Já"! Hoje analisam as "Diretas Já" como casuismo, como golpe de Estado. Como o próprio Sr. Tancredo Neves, declarou à imprensa: "Eleições diretas já é golpe".

A imprensa noticiou, a semana passada, que a preocupação da Frente Liberal, veja onde é que nós chegamos, que a preocupação da Frente Liberal, é evitar um golpe dos malufistas que querem eleições "Diretas Já". Virou o samba do crioulo doido. Um cidadão que esteve um mês fora do País, um cidadão que ficou internado na UTI durante um mês, se o cidadão que viajou voltar e o que está no hospital sair, comprar um jornal na banca da esquina e ver as manchetes, vai destrancar o cérebro.

Ontem o PMDB nas ruas pelas — "Diretas Já" —, Hoje os mesmos homens falam que "Diretas Já" é um golpe, que é um casuismo. E na interpretação desses homens, dá impressão que — "Diretas Já" — foi um sonho muito distante, que o povo foi arregimentado às praças há 30, 40 anos atrás. E, na verdade, essa mobilização ocorreu no "longínquo mês de abril", do "longínquo ano de 1984". E ainda ontem as bandeiras amarelas invadiam as praças públicas neste país.

A Frente Liberal inflou. Virou um balão mágico onde os oportunistas entram com muita facilidade, gente de toda espécie: corrupto, ladrão, traidor, estelionatário da política, batedor de carteira cívica.

A Frente virou uma curva de rio, toda tranqueira está parando ali.

E vamos refrescar um pouco a memória. Vamos a alguns nomes famosos da política brasileira que até ontem serviam à Revolução, à quartelada de 1964 e que hoje estão pousando na imprensa e na opinião pública como: Democratas nacionalistas:

Aureliano Chaves é um deles; José Sarney é outro; Armando Falcão; Antônio Carlos Magalhães que colocou a polícia com cassetete e os cachorros para dispersar um comício do PMDB em Salvador, no "longínquo ano de 1984"; Mário Henrique Simonsen, um dos responsáveis pelo caos econômico que vive este País e hoje, um alto diretor do City Bank. José Maria Marin, ex-homem de Maluf. Ney Aminthas de Barros Braga, Ernesto Geisel, João Mendonça Falcão, Laudo Natel, Paulo Egídio Martins, que pertencia à organização OBAN, operação Bandeirantes, que na repressão prendia, torturava e matava nos quartéis de São Paulo, filiado ao PMDB. Hélio Beltrão, Camilo Pena e outros menos votados.

A frente sinceramente é liberal demais para o meu gosto. É uma frente ou é uma máfia? É uma frente ou é uma quadrilha?

Tudo em nome de uma transição pacífica. E nesse samba do crioulo doido quem é que vai estranhar, e muito menos esse Deputado, se amanhã a Frente Liberal receber com banda de música, festa e foguete em suas fileiras o senhor Calim Eid e o Senhor Paulo Salim Maluf. Para mim não vai assustar, porque eu acho que só está fartando isso. E aliás, está difícil do povo entender qual é o candidato de oposição neste processo.

Quem é o candidato de oposição? É o Tancredo ou é o Maluf? Está aí uma pergunta para reflexão, porque a minha filha de 12 anos, chegou a me dizer: mas oposição é o Sr. Maluf, pai?

Sinceramente, na opinião pública está difícil de se saber quem é. Se antes do dia 15 de janeiro é um sonho distante eleições diretas, nós queremos que o Sr. Tancredo assuma compromissos, como o compromisso levantado pela "Folha de São Paulo", exigindo que o Sr. Tancredo assuma e marque eleições diretas num prazo brevíssimo, em seguida.

E a população apoia a eleição do Sr. Tancredo e a marcação de diretas em seguida, sem temor de Brizola, ou de Lula, ou de quem quer que seja. E eu apoio a campanha da "Folha de São Paulo", mas ela já tem inimigos. Porque pela imprensa, o Sr. Montoro é contra, o Sr. Tancredo é contra, o Sr. Maluf é contra. Eles não querem saber mais de "Diretas-já", não.

Se a opinião de muitos mudaram, de muitos políticos mudaram, a opinião dos brasileiros se manteve coerente. Quem quer que vença no Colégio Eleitoral, sabe que ele é antidemocrático, é espúrio, é o esgoto sujo.

Se o povo foi aos comícios do Sr. Tancredo Neves agora, mesmo sabendo que a disputa será no Colégio Eleitoral, foi porque acredita na honestidade do candidato Tancredo Neves. E nós também entendemos que é confiável e é honesto.

O PMDB assumiu compromisso com a ABI, com a OAB, com as entidades, com os Sindicatos, com a classe artística; eles avalizaram os movimentos populares. Como ficam esses compromissos?

Não se pode realmente trair a confiança da população. O Presidente eleito pelo Colégio Eleitoral pode dirigir o País sem apoio popular, mas não pode governar. Ninguém governa sem apoio popular.

O Sr. Tancredo Neves precisa assumir o compromisso público de marcar as diretas o quanto antes, aliás deveria ser o primeiro ato, se ele for o Presidente da República, e ele podendo evidentemente pela proposta da "Folha de São Paulo", também se candidatar e disputar.

Mas segundo Tancredo, eleição direta agora é golpe.

Vejam por exemplo o Uruguai, país que até há um ano atrás a imprensa estava proibida de sequer divulgar os nomes dos líderes da oposição. Domingo agora, dia 25, tem eleição no Uruguai, para Presidente da República, para Deputado, para Vereador, para Prefeito, tudo direto.

O momento nacional para o meu partido é muito triste. Eu estou no MDB, desde 1967, outubro de 67; mas estão jogando a história, a tradição de luta desse partido num latão de lixo. A nível nacional já jogaram na lata do lixo. Tenho dó, sinceramente, do Sr. Ulisses Guimarães, um homem com as cicatrizes de uma luta de 20 anos contra o arbítrio, a ditadura, a repressão, ter que engolir esta "Frente", ter que engolir este "arco-íris".

Com todo o respeito que me merece o Senhor Tancredo Neves, mas a luta pelas diretas continua. Resta sensibilizar o Senhor Tancredo porque eu, particularmente, não quero ser cobrado nem julgado a partir do ano que vem, porque se o povo não tem mais medo do regime militar, nós, políticos, também não podemos ter, sob pena de cairmos ainda mais no fosso do descrédito da opinião pública, porque hoje falar em Deputado é a mesma coisa que palavrão, a nossa classe está desgastada, para não dizer desmoralizada e é execrada em função desses grandes acordos de bastidores e de gabinete porque o povo não confia mais na classe política. Temos que enfrentar esta realidade. E não a aceita por que? Porque ontem os estudantes, a OAB, a ABI, as crianças das ruas com as bandeirinhas, os operários, os professores, os alunos e os bóias-frias e, hoje, falar em "diretas-já" é golpe.

E quem fala que é golpe? Homens do PMDB, homens desta "Frente Liberal".

**O Sr. Gabriel Manoel** — Eu agradeço. Deputado Fiori Luiz, como é bom ouvir, Deputado Fiori Luiz, os autênticos, os homens têm medo da verdade...

**O SR. FIORI LUIZ** — Não, não. É uma opinião minha formada há muito tempo.

Eu agradeço qualquer tipo de elogios.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Os autênticos, Deputado Fiori Luiz, como Vossa Excelência vem neste momento de transição dizer o que sente sem trair o povo. Meus parabéns, e Vossa Excelência orgulha esta Assembléia. Nós, que somos companheiros de dois mandatos, dizemos graças a Deus, ainda existem homens de coerência. Aceite meus parabéns, meu abraço e o meu amplexo a Vossa Excelência, Deputado corajoso, homem que não trai o seu povo.

Muito obrigado.

**O SR. FIORI LUIZ** — Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Sem revisão do orador).

**O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)** — No Horário da Liderança do PDS, concedo a palavra, por 20 minutos, ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

**O SR. JORGE MAIA FILHO** — Questão de ordem.

(Assentimento)

Eu queria apenas fazer uma retificação: por cinco minutos o Deputado Erondy Silvério.

**O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)** — Por cinco minutos, o Sr. Deputado Erondy Silvério.

**O SR. ERONDY SILVÉRIO** — Sr. Presidente, nobres Senhores Deputados.

O nosso tempo é curto e não permite que respondamos o nobre Deputado José Antônio Fonseca, mas, antes de mais nada, eu queria me congratular com o pronunciamento de dois Deputados nesta Casa: primeiro o nobre Deputado Ferrarri Júnior. Está certa a sua luta, está certo na sua luta pela defesa da moralidade pública. Eu acho que os Srs. Deputados do PDS não devem fazer a defesa de pessoas desonestas que não se portaram com o devido respeito na função pública. E quero também me congratular com o nobre Deputado Fiori Luiz, com o seu pronunciamento, porque efetivamente deu pena e deu tristeza de nós verificarmos em uma fotografia de um comício, o Governador do Estado do Paraná, Governador José Richa, que é um homem sério, que é um homem honesto, de braços com o "Toninho Malvadeza", ex-Governador da Bahia, que nós sabemos ser um dos mais corruptos deste País.

Isto responde de uma certa forma o nobre Deputado José Antônio Fonseca que vem pregar moral nesta Casa. E nós nos reservamos para respondê-lo na devida oportunidade, ele que deu tanta ênfase ao seu diploma de advogado, mas que foi um dos que não permitiram a vinda a esta Casa do ex-Superintendente do IPE para fazer a sua defesa. Ele, como advogado, deve saber que não se deve negar a ninguém o direito de sua defesa. E outra coisa que esqueceu de dizer o nobre Deputado José Antônio Fonseca, a esta Casa que, em nenhum momento, o Sr. Ivo Arzua Pereira foi convidado para vir depor na CPI da Corrupção. Então não podia ser acusado, sem ser ouvido.

Quero dizer também - para ir refrescando a memória do nobre Deputado José Antônio Fonseca, está Vossa Excelência reptado. É o repto que lanço a Sua Excelência, para que ele verifique nos Anais desta Casa se algum dia fez defesa de ladrão, ou de corrupto. Vossa Excelência disse hoje que eu, na pressa de defender os desonestos, cometi uma injustiça. Vossa Excelência é que está cometendo uma injustiça contra a atuação deste Deputado. Vossa Excelência está reptado a pesquisar os Anais da Casa, e ver se algum dia fez a defesa de ladrão do dinheiro público.

Vossa Excelência deu tanta ênfase à juventude de Vossa Excelência, contra a minha idade já avançada em anos. Isto não lhe dá credencial nenhum. E por isto desculpo as sandices, as asneiras, as besteiras que Vossa Excelência disse hoje na tribuna desta Casa. Debito à sua inexperiência e à sua juventude.

E quero ainda refrescar a sua memória, Deputado, depois que é diplomado tanto vale o velho, como o novo; tanto vale o mais votado, como o menos votado. Vossa Excelência seja mais humilde na atuação. E eu não posso atender ao apelo de Vossa Excelência para que não volte mais ao assunto. Responderei uma a uma das baboseiras que Vossa Excelência falou da tribuna.

**O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)** — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. JORGE MALA FILHO — Por 16 minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Por 16 minutos.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“O jornal “O Estado do Paraná” de ontem, mostrou, na página dois, uma verdadeira folha épica com matizes de tragicomédia.

Pelo festival de lamúrias, de protestos e de choros, mais parecia um MURO DE LAMENTAÇÕES onde veneradas viúvas desiludidas e decepcionadas, denunciavam os desacertos e a infidelidade de seus companheiros de alcova.

Pelas profissões de fé, pelas vozes discordantes e pelos desencontros de opiniões e posições, parecia até um festival do SAMBA DO CRIOULO DOIDO.

Pelos tiros dirigidos em várias direções, atingindo até o próprio Ator Principal, parecia que se tratava de um mal dirigido BANG-BANG de pouca qualidade.

— Foi uma gracinha.

— É o sinal da presente febre do poder.

— Será uma constante na medida em que os beijos gulosos estarão cada vez mais lambuzados pelo melado do poder.

Num pedaço da folha um Senador faz sua profissão de fé, ensinando que a “COERÊNCIA é a maior virtude política”. Deve-se entender por COERÊNCIA a harmonia entre as ações e as idéias abraçadas. Com este tiro ele atinge, em cheio, no lado esquerdo da página o Ator Principal do engraçado BANG-BANG.

Pois coerência não é exatamente o forte do fantasiado herói. Fala em AUSTERIDADE mas é o que mais gasta em MORDOMIA. Fala em SIMPLICIDADE mas exigiu a COMPRA DE UM LUXUOSO JATO para transportá-lo em suas festivas viagens. A coerência dele fica pior ainda com relação à DÍVIDA EXTERNA, que ele criticava com veemência, chegando a declarar na Folha de Londrina de 19 de novembro de 1981, o seguinte:

“A dívida brasileira tem origem em sua política suicida, entreguista e desnacionalizante”.

“O País deveria ter construído um Capital genuinamente Nacional”.

“Lamento que as autoridades prossigam ‘trêfegas’ na sofreguidão de conseguir mais dólares, mais desnacionalização do País, comprometendo profundamente o futuro de nossas gerações”.

Mas, em contrapartida ele é o maior ENDIVIDADOR da história do Paraná. E na cômica página, como dissemos, ele conta que terá audiência com o Presidente da República para pedir mais um empréstimo externo no valor de 117,0 milhões de dólares.

ETA COERÊNCIA DA PESTE ...

Noutro lugar da página dois Secretários e um Deputado protestam contra aqueles que não são a favor da REFORMA AGRÁRIA, chorosamente, invocam o BEABÁ do partido e, tartamudeantes pela emoção da traição, exigem mais respeito pelo tema que é antiga e importante bandeira do PMDB.

Sem falar nos muitos personagens que são atingidos pela chuva de balas desse tiroteio de cegos, atingem, outra vez, o Ator Principal, que também não aprendeu bem o “script do filme”.

Meio agachado nos muitos personagens que são atingidos

Meio agachado, num canto da coluna esquerda

da página, procurando esconder-se nessa confusão infernal, ele é atingido de raspão pela bomba, mas sai ferido, quando diz textualmente:

“E estou de acordo com isto, porque realmente não há necessidade de se fazer uma reforma agrária em nosso Estado”.

Só não foi ACERTADO EM CHEIO, porque, qual bagre ensaboado, jogou, como sempre faz, a bomba para cima, concordando (HOJE) com Reforma Agrária no Brasil.

ETA CONFUSÃO DA MOLESTIA...

E o Deputado, na revolta pela INFIDELIDADE PARTIDÁRIA, daqueles que “não caminham sempre em linha reta” (conforme denunciou o Senador), propõe um cursinho para aqueles que não conhecem o BEABÁ do partido, sob pena de não poderem almejar postos maiores. Deverá ser cômica a tal escolinha:

“Os alunos uniformizados, bem lavados, cabelos penteados, orelhinhas limpas, sapato nos pés e meia igual em cada pé; dentre eles o Ator Principal e um punhado de atores com vocação para ator principal; todos eles, bem comportadinhos, ouvindo as lições da Cartilha do PMDB que hoje já está desfigurada, aprendendo as cores de suas diversas bandeiras e prometendo, nunca mais, fazer nadinha fora do pinico.

“Mas e os professores?

“Se a condição fundamental foi a COERÊNCIA, como quer o Senador, não vai ser fácil achar alguém em condições de ensinar ...”

ETA PROBLEMINHA DANADO ...

E no tiroteio, sobra chumbo para todos os cantos do salão.

— Aqueles que, como os ex-pepistas, segundo o Senador, mudaram de rota em sua trajetória política, não merecem a confiança do PMDB. Ontem a aliança com eles foi boa, hoje eles não convém ao partido. É assim que deverá acontecer também com os atuais FRENTISTAS, se prevalecer a linha do Senador, no âmbito Federal.

— Aqueles que, mais recentemente, se filiaram ao PMDB, são chamados de „ “OPORTUNISTAS” e levarão chumbo grosso assim que esboçarem qualquer gesto de ataque.

ETA INTRIGUINHA DO INFERNO...

Mas no meio de tanto choro, lamúria, protestos e desencontros, o Deputado viu com nitidez o panorama do PMDB, quando, ele próprio, reconheceu tratar-se de uma Colcha de Retalhos. E neste saldo de confusão, com certeza, acontecerão tiroteios ferrenhos, só comparáveis a Brigas de Foice no Escuro, pois quando o PODER está em jogo, as diversas correntes começam a colocar as unhas de fora.

O Deputado, não se sabe se frustrado na sua pureza ideológica, ou revoltado diante da perspectiva de ter de dividir o bolo com maior número de asseclas de segunda, terceira e última hora, foi tomado de poderes que são próprios dos “videntes “quando” profetizou”:

- 1) Que diante da “febre do Poder” a cartilha do PMDB ficará desfigurada e,
- 2) que se chegarem ao Planalto, depois de 20 anos de lutas, os mais recentes, que são chamados de “oportunistas”, saborearão a geléia real; pois o PMDB chegará à reboque.

Triste sina para aqueles que querem ser autênticos e coerentes, para aqueles que sofreram na luta; pois perdem para os outros, que não ajudaram escrever a cartilha e nem sequer a conhecem, ou ainda para



aqueloutros que apesar de terem ajudado escrevê-la, hoje (no poder...) já querem modificá-la. Porque, como está acontecendo aqui no Paraná, os primeiros acabam sendo atropelados pelos últimos.

Páginas como a de ontem, haverão muitas daqui para frente e as lamúrias, choros e protestos se repetirão, até que os traídos e incoformados eduquem seus ouvidos a conviver com aplausos que hoje lhes soam estranhos, pois a febre do poder está encaminhando a Colcha de Retalhos para outros rumos, onde não há lugar para a pretendida coerência e fidelidade.

O lema do PMDB parece ser:

**"O POVO QUE SE DANE ... A GENTE QUER É SE ARRUMAR ..."**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós acabamos de analisar fielmente a página 2, do jornal "O Estado do Paraná" de ontem, que traz entre tantas declarações, mas aqui analisadas pelos peemedebistas autênticos, que não aceitam os que a reboque chegaram ao seu partido, na tentativa de assumirem o poder sozinhos, como poderá acontecer se Tancredo Neves chegar à Presidência da República, o fundador principal do PP, o homem que como líder na Câmara Federal, Deputado Federal, fechou questão em favor do então candidato emedebista General Euler Bentes Monteiro. E hoje, na Frente Liberal, os oportunistas considerados pelos coerentes como Aureliano Chaves, José Sarney, Marcos Maciel, Antonio Magalhães, que fecharam questão em favor de João Figueiredo e de Aureliano Chaves. Quando eles estavam à sombra do poder, vislumbrando sempre a continuidade do Poder, era coerente o fechamento de questão. Hoje quando, eles vislumbram, porque só sabem sobreviver à sombra do Poder, o poder em outra árvore, que está a dar sombra, possivelmente, trai o seu partido; e o seu povo do interior, que são os que mais sofrem, infelizmente, com as crises que o nosso país tem ultrapassado, quicá o mundo inteiro.

**O Sr. Gabriel Manoel —** Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Muito obrigado, Deputado Tércio Albuquerque, eu sinto interromper Vossa Excelência, neste momento em que Vossa Excelência está discorrendo sobre um fato sério, mas queria apenas palidamente dar a Vossa Excelência o meu pensamento, e dizer que Vossa Excelência discorre bem; e o povo do PMDB deve estar é com a pulga atrás da orelha. Porque, um adágio popular, como dizia o Deputado Erondy Silvério, - nem sempre o confeitiro que faz o bolo, é que come. São os convidados.

Então, se por acaso o desastre ecológico ou político Tancredo Neves vier a ser Presidente da República, o PMDB deve estar com a pulga atrás da orelha, porque vão mandar Aureliano Chaves, José Sarney, aqui no Paraná, etc. etc.

Vossa Excelência sabe muito bem, Deputado Tércio Albuquerque, como discorria o Deputado Fiori Luiz, eles já estão "com a pulga atrás da orelha", porque sabem, Deputado, que não vão levar. O confeitiro não leva o bolo para casa. Os que sofreram 20 anos de arbítrio do Sr. José Sarney, de arbítrio do "Toninho Malvadeza", do vice-Presidente da República, não vão levar o bolo, e do Sr. Affonso Camargo, também, que, hoje, manda no PMDB do Paraná e do Brasil.

Onde está essa gente, Deputado?

Meus parabéns!

Eu queria indevidamente, provocar um problema sobre o discurso do Deputado José Fonseca. Ele que pedisse ao ilustre Governador José Richa, ao invés de atacar um

grande homem como Ivo Arzua Pereira, atacar um Deputado como Erondy Silvério, para que devolvesse aos cofres públicos, pelo menos sem correção monetária, o dinheiro extorquido do Estado do Paraná, pelas negociatas do seu ex-Secretário de Finanças.

Onde está a CPI dessa gente?

Onde estão, Deputado Tércio Albuquerque, os homens que vêm àquela tribuna a falar em moralidade? Eu queria que o Deputado Fonseca, o ilustre causídico, que respeitasse os nossos cabelos encanecidos, viesse à tribuna e dissesse de quanto foi o desfalque que seu companheiro, seu amigo de política, Garanhão, deu ao Estado do Paraná.

Isso eles não falam, fazem ouvidos moucos!

Agora, aos homens sérios como Erondy Silvério, Ivo Arzua e Vossa Excelência, eles atacam, porque são covardes.

Muito obrigado.

**O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE —** Agradeço o aparte e agradeço à Liderança do meu partido por ter-me concedido os minutos que acabo de usar. — (Sem revisão do orador).

**O SR. JORGE MAIA —** Com o restante do tempo, o Deputado Nelson Buffara. 11 minutos.

**O SR. NELSON BUFFARA —** Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O povo brasileiro está cansado de ouvir o engodo e as falsas promessas.

A questão de Reforma Agrária é uma dessas bandeiras em que se constitui mais numa cortina de fumaça, do que em promessas sinceras dos que a apregoam. Neste País, vivemos um momento lamentavelmente onde as pessoas que expõem seus pensamentos com lucidez e sinceridade, são criticados pelos costumeiros radicais.

Refiro-me ao pronunciamento do ex-Governador Jayme Canet Júnior, que, com coragem, abordou, recentemente, esta questão polêmica.

O posicionamento do ex-Governador, apesar de, hoje, pertencer a outro partido, só pode receber o nosso apoio pela sua ponderação e pelo embasamento dentro da realidade sócio-econômica do Paraná. Senão, vejamos: o candidato à Presidência da República pelo PMDB, Tancredo Neves, não deixa claro em suas tentativas de fazer um programa de governo, a questão da Reforma Agrária. Atem-se mais ao Estatuto da Terra, paradoxalmente, fruto do Governo da Revolução, tão criticado pelos peemedebistas. E a incoerência é gritante. Ou será que a reforma pretendida por alguns Deputados do PMDB será feita por José Sarney ou outros que hoje são os líderes do Partido Oposicionista. Por sinal quero fazer apenas umas colocações ao discurso muito feliz proferido pelo Fiori Luiz, nesta Casa, quando ele, muito preocupado, e com muita razão, diz que esse oportunistas que pertenciam ao PDS e hoje se atrelam ao esquema de Tancredo Neves na Frente Liberal, são os donos de Tancredo Neves.

Portanto, neste momento, quero cumprimentar o discurso de Fiori Luiz, muito oportuno, muito sensato, cheio de coragem e bravura.

Mas a incoerência é gritante, dizia eu. Alguns peemedebistas habituados ao radicalismo se arvoram em torno da verdade. E se analisar a nossa realidade se volta exaltados contra todos os que procuram soluções viáveis.

O ex-Governador Jayme Canet Júnior teve coragem de mostrar aos exaltados do partido, em questão de hoje, de que é preciso sinceridade nas propostas para que o povo não seja enganado.

Sr. Presidente, o Paraná esgotou as suas fronteiras agrícolas. Não resta dúvida de que a colonização acelerada deixou problemas sociais gravíssimos, basta lembrar o grande contingente dos bóias-frias e dos sem-terras. Tais problemas poderão ser solucionados com medidas demagógicas? Pergunto o que está sendo feito hoje para resolver a questão dos sem-terras?

É cômodo dizer que o problema está afeto ao Governo Federal, e não se tomar atitudes para minorá-lo. Esquecem os críticos que o Paraná tem suas terras agricultáveis, excelentes terras agricultáveis, hoje devidamente exploradas.

Porque não se adotam medidas concretas, sem traumatismos, como em Goiás, onde, excepcionalmente o Governo do PMDB procura com muita raça resolver o problema dos sem-terras. É necessário acelerar, que pelo menos neste ponto, com humildade, destacamos um governo peemedebista, pois nos estados onde a Oposição foi vitoriosa o que foi feito até agora? Que promessas foram cumpridas? O que mudou, enfim?

O posicionamento do ex-Governador é lúcido, pois os problemas brasileiros não podem ser resolvidos por decretos, uma vez que as peculiaridades em cada região do País são distintas, profundamente distintas.

Não adianta trazer soluções importadas com intuito apenas de fazer uma cortina de fumaça para as questões que não encontram definições nos governos oposicionistas. A questão da terra é fundamental, é básica, é primordial, e por isso não pode ser tratada apenas retoricamente. É preciso justiça social e não demagogia.

Para os que criticam o ex-Governador Jaime Canet Júnior apenas uma premissa, não se pode dialogar, não alugar para o debate, para idéias sinceras. Não se procuram soluções mas apenas conturbações.

O que se pretende é que todos falem pela mesma cartilha, esdrúxula, ditadas pelas minorias que se julgam donos da frente peemedebista.

Concederei aparte ao eminente Deputado Ferrari Júnior, após dizer que o problema da Reforma Agrária deve ser tratado com muita seriedade. Esse problema tão sério que do qual eu não sou contra, pelo contrário, sou favorável. Mas, Reforma Agrária deve ser feita com método. Esta bandeira não é do PMDB, é nossa também, nós queremos Reforma Agrária, porém que ela seja feita com muita ponderação, com muita sensatez. E criticar o ex-Governador Jayme Canet Júnior é uma profunda, uma tamanha insensatez que eu, Deputados do PDS, venho aqui defendê-lo porque não aceito certas colocações demagógicas de alguns companheiros da Assembléia Legislativa, da Bancada do PMDB, que vem aqui criticar um homem muito bem intencionado; um homem de um passado inatacável, que o PMDB tem o privilégio de tê-lo em sua agremiação.

Repilo com veemência os pronunciamentos feitos nesta Casa nos últimos dois dias com respeito ao discurso feito por Jayme Canet Júnior, em Campinas.

Concedo aparte ao Sr. Deputado Ferrari Júnior.

O Sr. Ferrari Júnior — Obrigado, nobre Deputado Nelson

Buffara. Realmente, o Governador Jayme Canet foi de uma lisura, coisa que lhe é tradicional. O que o Governador Canet pretendia, em primeiro lugar, e conseguiu foi não conturbar o quadro sucessório e, não se apresentar

perante milhares de pessoas, como candidato ao Governo do Estado do Paraná. Foi ele, mais uma vez, um homem sério, um homem fino, o que é peculiar, como eu disse.

Sobre a Reforma Agrária, Vossa Excelência tem razão, pois eu, desde menino de pé no chão, eu ouço falar em Reforma Agrária. Uma Reforma Agrária neste país não vai se fazer na base do oba, oba, na base da conversa fiada, na base de discurso eleitoral.

Discutir, nobre Deputado Buffara, discutir agricultura com o Governador Canet é brincadeira. O homem sabe tudo de agricultura e muito mais; e criticar homens como Jayme Canet, José Richa, como Hosken de Novaes, eu acho que ninguém neste Estado tem direito de fazer isto. Vossa Excelência está de parabéns.

O SR. NELSON BUFFARA — Deputado Ferrari Júnior, é

evidente, é lógico, que não se pode aceitar, em sua consciência, uma crítica a um homem de informação, do Jayme Canet Júnior. Eu não sou seu defensor; Deputados mais ilustres da Bancada do PMDB poderão fazê-lo. Mas eu me senti na obrigação de vir aqui e ressaltar este fato, porque eu acho que, entendendo que a postura de alguns Parlamentares do PMDB, que criticam o Governador Jayme Canet Júnior por ter feito este pronunciamento em Cambira, são pronunciamentos profundamente demagógicos.

Quero dizer que a Reforma Agrária deve ser feita no Brasil, o Brasil todo precisa sofrer uma profunda Reforma Agrária. Mas, que iniciem em estados onde ela é mais iminente, onde ela é mais necessária. No Paraná, tudo bem, ela deverá ser atingida, mas numa etapa bem posterior, num estágio bem mais posterior.

No Paraná, com as nossas terras, terras ubérrimas, terras fertilíssimas, eu acho que todos os agricultáveis, que estão nas mãos de pessoas que estão produzindo a Reforma Agrária, se não é improcedente, ela é apenas no momento, no atual momento, na atual conjuntura, intempestiva. Deverá chegar aqui a Reforma Agrária, mas, num estágio mais avançado, depois que outros Estados da Federação recebam e sofram esta Reforma Agrária tão necessária para o nosso lavrador, para os sem terra, para os homens que querem terra para trabalhar e produzir, que é esta a pretensão legítima do brasileiro.

Quero cumprimentar, desta tribuna, o discurso corajoso, o pronunciamento incisivo, de um grande paranaense, de um grande brasileiro, que é Jayme Canet Júnior, quando ele teve a felicidade de fazer este discurso marcando uma posição que merece meu respeito.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente. Necessita de apoio. —

**Apoiado.** — A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 260/84, constante da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 288/84, de autoria do Poder Executivo. — **Aprovado.**

De conformidade com os requerimentos de preferências de votação, acima aprovados:

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 260/84, que prorroga até dia 15.03.87, prazo previsto no art. 137, da Lei n.º 7.051, de 04.12.78, que estipulou prazo de 06 anos para que os cargos de provimento em Comissão pudessem ser ocupados também por funcionários integrantes de classes AF-2 e 3, conforme especifica. — **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 288/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 225/84), que visa obter autorização para abertura de um Crédito Adicional até o limite de Cr\$ 8.875.452.000 (oito bilhões, oitocentos e setenta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil cruzeiros), destinados a atender despesas com Custeio e Capital, do Tribunal de Justiça no corrente exercício. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado, artigo por artigo.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia.

4a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 55/84, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que assegura a incorporação aos proventos de que trata o Art. 2.º, da Lei n.º 7.507, de 15.10.81, aos Professores que tenham recebido Gratificação de Regência de Classe durante três períodos letivos consecutivos, na forma que especifica. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **COM SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO.** —

Sobre o mesmo, Substitutivo Geral de Plenário, nos seguintes termos:

# **SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI N.º 55/84**

Art. 1.º — Aos professores aposentados, que tenham percebido a gratificação de regência de classe, de que trata o art. 10, da Lei n.º 7.099, de 08 de janeiro de 1979, durante três anos letivos consecutivos, fica assegurada a incorporação da referida gratificação aos respectivos proventos de inatividade, na forma da Lei n.º 7.507, de 15 de outubro de 1981, computando-se o período letivo propriamente dito com inclusão dos períodos de férias que ficam considerados como regência de classe.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1984.

(a) PODER EXECUTIVO.

**Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 24/83, que estabelece critérios de semestralidade para o reajuste das taxas referentes aos serviços públicos estaduais e dá outras providências. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 106/84, que dispõe sobre participação discente nos Conselhos Universitários

e nas Congregações das Universidades e Faculdades Estaduais, na forma que especifica.

**Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** — Do Projeto de Lei n.º 205/84, que autoriza o Poder Executivo doar ao Banestado S/A, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado entre as esquinas das ruas 7 de setembro e Barão do Rio Branco, na cidade de Wenceslau Braz, com área de 300,00m<sup>2</sup>, conforme transcrição n.º 9.083, do Livro 3-S, do Registro de Imóveis da Comarca de Wenceslau Braz, conforme especifica. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** — Do Projeto de Lei n.º 206/84, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOÓLATRAS A.R.A.", com sede e foro na cidade Marilândia do Sul. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** — Do Projeto de Lei n.º 209/84, (Mensagem n.º 166/84) que objetiva instituir, para os cargos de que tratam o art. 34, da Lei n.º 7.424, de 17.12.80 e art. 10, da Lei n.º 7.517, de 05.11.81 (PROFESSORES REGIONALISTAS E PROFESSORES SEM HABILITAÇÃO), 11 (onze) referências, na forma que especifica. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** — Do Projeto de Lei n.º 218/84, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARANAGUÁ", com sede e foro no Município de Paranaguá. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** — Do Projeto de Lei n.º 227/84, que denomina "ESCOLA PROFESSORA TEREZINHA GRESCZUK LUPPI", a Unidade Escolar construída no Jardim Santa Lúcia, 2ª parte, no Município de Paçandu. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** — Do Projeto de Lei n.º 249/84, que denomina "RODOVIA JÚLIO ZACHARIAS", a Rodovia PR 555, que interliga a BR 376 a PR 559, passando pelas sedes dos distritos de Barão de Lucena a Nova Bilac, conforme especifica. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** — Do Projeto de Lei n.º 266/84, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE COLABORADORES DO CENTRO DE REABILITAÇÃO "SIDNEY ANTONIO", com sede nesta Capital. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 51/84, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor ANTONIO DE CAMPOS TAPAJÓS. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 222/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 175/84), que objetiva aplicar, na concessão de gratificação adicional por tempo de serviço, aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e aos Procuradores junto ao mesmo Tribunal,

os critérios estabelecidos pelo art 77, da Lei n.º

7.297, de 08.01.80, com redação dada pela Lei n.º 7.878, de 04.07.84, na forma que especifica.

Com PARECER FAVORÁVEL E SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J., por unanimidade. E com PARECER FAVORÁVEL da C.F. ao SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em discussão o Projeto e o Substitutivo Geral.

Em votação o Substitutivo Geral. — Rejeitado.

O SR. ANIBAL KHURY — Para justificar o meu voto,

Sr. Presidente, eu gostaria que constasse na Ata dos trabalhos, que, o meu voto foi favorável ao Substitutivo Geral.

O SR. PRESIDENTE — (Eduardo Baggio) Esta Presidência defere.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 228/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 168/84), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Planaltina do Paraná, um imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído da data n.º 11, da quadra n.º 110, com 755,00 m<sup>2</sup>, situada no referido Município, adquirido pelo Estado, conforme matrícula n.º 3.378, de 1.º. 03.82, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Izabel do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 232/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 189/84), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Tupãssi, um imóvel de propriedade do Estado, constituído dos lotes n.ºs 11 e 12, da quadra n.º 48, com área total de 1.200,00 m<sup>2</sup>, situados no referido Município e adquiridos pelo Estado, conforme matrícula n.º 12.336, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Assis Chateaubriand. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

**Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 239/84, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor WALTER ALBERTO PECOITS, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 242/84, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO de moradores do boqueirão — AMOB", com sede e foro no Município de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 250/84, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de Utilidade Pública a "APAE - ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS", com sede e foro no Município de Faxinal. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

OSR. PRESIDENTE — (Eduardo Baggio) Sobre a

mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Martins Pereira Junior, ocorrido no dia 19 de novembro do corrente ano, no Município de Londrina.

**Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando REGIME DE URGÊNCIA aos Projetos de Resolução n.ºs 194/84 e 195/84. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n.º 219/84, oriundo da Mensagem Governamental n.º 165/84, que altera legislação que dispõe sobre o uso de terras devolutas encontradas vagas ou sem condições de serem legitimadas através do ITC. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a liberação de materiais esportivos para o Município de Juranda. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo a criação e instalação de uma escola da rede estadual na Localidade de Bragópolis, no Município de Janiópolis. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente e sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de um módulo policial no Município de Ubitatã. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a o Sr. Diretor Presidente da COPEL, por intermédio do Sr. Governador do Estado, encarecendo para que as taxas cobradas às prefeituras municipais do Estado, relativas a iluminação aplicada durante as festas de Natal, sejam equivalentes às taxas sob título iluminação pública. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo definição de prioridade para a construção do trecho 447 União da Vitória — Cruz Machado, no Programa BID III. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Moção de apoio, da Bancada do PMDB, constante do expediente, apresentando apoio à Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos acontecimentos recentes provocados pelo Presidente do Tribunal de Contas. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

O SR. FERRARI JÚNIOR — (Pela Ordem) Sr.

Presidente, é sobre a Moção de Apoio lida há pouco, e apenas para que Vossa Excelência, fizesse constar que a referida foi aprovada por unanimidade, isto é, por ambas as Bancadas.

O SR. PRESIDENTE — (Eduardo Baggio) Está deferido o vosso pedido, Sr. Deputado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretários da Administração e Educação, encarecendo a recuperação do prédio escolar onde funciona o Colégio Estadual do Cerro Azul, no Município de Cruz Machado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a manutenção do Código 148 em uso atualmente pelo Centro de Informações Toxicológicas da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo providência visando isentar ou anistiar até 31 de dezembro, as taxas de estadia que vem sendo cobradas pelo DETRAN, aos veículos apreendidos por aquele órgão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo a ampliação da Escola Estadual Edite Cordeiro Marques, localizada no Município de Turvo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Prof.<sup>a</sup> Leoni Prado Andrade, por ter recebido o título de Cidadã Honorária do Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a criação e instalação de um Posto de Monta no Município de Goioerê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Titular da Polícia Militar do Estado, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, encarecendo a criação e instalação de um Posto da Companhia da Polícia Militar no Município de Ubatã. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a instalação de uma Unidade Veterinária no Município de Ortigueira. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a instalação de um Posto de Monta no Município de Goioerê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Secretário da Agricultura e Delegado do Ministério da Agricultura do Estado, encarecendo para que não sejam dispensados nenhum dos 190 servidores da Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico, lotados na Secretaria da Agricultura. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Ervin Bonkoski e Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo a doação de um Gabinete Dentário Móvel para atendimento aos carentes e às escolas municipais do Município de União da Vitória. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do documento firmado por ocasião do 10.<sup>o</sup> Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, realizado em Vitória — ES. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria não foi publicada por estar ilegível).

Temos a honra de contar em nosso Plenário com a presença do vice-prefeito Lourival Afonso Camargo, da Prefeitura de São José dos Pinhais. Também a presença do Sr. Joaquim Gutierrez, Prefeito Municipal de Mariluz. E também a presença do Deputado Federal José Favares.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.<sup>os</sup> 51/84, 222/84, 228/84, 232/84, 239/84, 242/84, 250/84, 288/84.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.<sup>os</sup> 311/84, 314/84, 315/84, 316/84, 302/84, e dos Projetos de Resolução n.<sup>os</sup> 143/84, 156/84, 157/84, 158/84, 159/84, 160/84, 161/84, 164/84, 165/84, 166/84.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária para após, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.<sup>os</sup> 144/84, 145/84, 146/84, 147/84, 148/84, 149/84, 150/84, 151/84, 152/84, 153/84.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.<sup>os</sup> 194/84, 195/84.

Levanta-se a sessão.